

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. Augusto Carvalho)

, DE 2012

Requer informações da Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre o processo de ampliação do Parque Nacional de Brasília.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no inciso I, do art. 115 c/c art. 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminhar a Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, o requerimento anexo.

Sala das Sessões, em de maio de 2012.

Deputado AUGUSTO CARVALHO PPS/DF



Requer

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012 (Do Sr. Augusto Carvalho)

informações da Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira.

Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre o processo de ampliação do Parque Nacional de Brasília.

A Sua Excelência a Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira Ministra de Estado do Meio Ambiente

Senhora Ministra,

Solicito a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, informações sobre os fatos abaixo especificados.

O Parque Nacional de Brasília foi criado em novembro de 1961, pelo Decreto Federal nº 241/61, entre as Regiões Administrativas de Sobradinho-DF e de Brazlândia-DF, e o município de Padre Bernardo-GO. A Unidade de Conservação surgiu da necessidade de proteger os rios fornecedores de água potável à Capital Federal e de manter a vegetação em estado natural, uma vez que a preservação da área contribuiria para o equilíbrio das condições climáticas e evitaria a erosão dos solos no Distrito Federal.

Em 2006, os seus limites foram redefinidos pela Lei Federal nº 11.285/2006, passando de 30.000 ha para uma área de 42.389 há, portanto um aumento de 30%. Com a ampliação do parque, novas áreas foram incluídas, inclusive áreas com infraestrutura instalada e áreas de exploração agrícola já consolidada.

Alegando um erro material na geração do autógrafo da Lei 11.285/2006, que foi utilizado para definir os novos limites do Parque Nacional de Brasília, o Deputado Magela apresentou o PL 7.999/2010, com o objetivo de corrigir as coordenadas e estabelecer uma poligonal coerente com o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, quando da discussão e votação da referida Lei. Os novos limites deixariam fora do parque áreas já consolidadas.

Entretanto, essas informações são questionadas pelo Instituto Chico Mendes, que defende a manutenção dos limites atuais do Parque, uma vez que se trata de área de alta sensibilidade ambiental, cuja antropização traria sérios riscos para o meio ambiente da Capital Federal. Além disso, o PARNA Brasília protege a bacia hidrográfica do Torto/Santa Maria, onde se localiza o Lago Santa Maria e o Ribeirão do Torto, responsável por 27% da água produzida no Distrito Federal.

Em setembro de 2011, foi realizada, no âmbito dessa Comissão, uma Audiência Pública com a participação de representantes do Instituto Chico Mendes, da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, da Associação de Moradores do Núcleo Rural Boa Esperança, e do Secretário de Habitação do DF, Deputado Federal Geraldo Magela para que fossem ouvidas as parte envolvidas na questão. Um dos procedimentos adotados foi a solicitação de perícia nas Notas Taquigráficas da Sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a ampliação do Parque.

Entretanto, outras associações de moradores e de produtores rurais tem se manifestado em relação à questão, afirmando que também foram também atingidos pela ampliação da Unidade de Conservação.

Face aos dados acima expostos, solicito informações sobre o que se segue:

- 1) O Mapa atual do Parque Nacional de Brasília, com as respectivas coordenadas;
- A situação atual da área ampliada, com o número de família pessoas e atividades desenvolvidas, para medir o impacto social da ampliação;



- 3) A Audiência Pública realizada para tratar do PL 4.186/2004, indicando os meios de divulgação utilizados; e
- 4) A execução do Levantamento Topográfico que estabeleceu a nova poligonal.

Desde já agradeço a Vossa Excelência pelas informações prestadas.

Câmara dos Deputados, em de maio de 2012.

Deputado AUGUSTO CARVALHO PPS/DF